

DESCONCERTO DO MUNDO?¹

Enxergando o Brasil ao som da tradição crítica

*Sílvia Rosa Filho*²

I

No ensaio ainda inédito de Paulo Arantes, intitulado “A cara feia da próxima nação brasileira”, há um momento revelador que dá o tom ao acontecimento em que foi gestada parte significativa do livro de André Castro. Paulo, ao descrever o “mau encontro” entre a tradição crítica e a nova cena religiosa brasileira, anota certa dualidade, na qual “jovens teólogos militantes” souberam aprender com as vicissitudes daquela tradição crítica, “estudando sua crise por conta própria” — ao passo que os veteranos, herdeiros do pensamento da “formação”, nada sabem, pior: nada querem saber, do que verdadeiramente se passa na “nova paisagem espiritual do país”. O acerto da formulação aparece na sua dupla face: a deferência com que saúda a prontidão investigativa dos jovens é a mesma que sela a abdicação analítica dos veteranos. E não é apenas que a tradição crítica tivesse perdido de vista o fenômeno evangélico; os militantes que o estudam têm sido mais consequentes do que aqueles que haviam tomado assento na “plataforma de observação crítica”. Os jovens são, por conseguinte, “críticos” e “militantes” numa acepção bastante peculiar.

Eis aí, o povo brasileiro é o livro que emerge desse encontro. E pode-se dizer que ele leva a sério a sua ambiguidade de origem. André não é nem crítico literário nem cientista social da religião: filho de pastor evangélico, formou-se em teologia com profissão de fé na tradição crítica brasileira da USP; após uma temporada no México, onde também reside, volta com um projeto de estudos que não se acomoda em nenhuma das duas tradições que o educaram. Esses elementos biográficos e transitivos não são acidentais: sem o primeiro (educação evangélica familiar), o livro de André poderia passar por um ensaio de sociologia da religião com boas intenções; sem o segundo (formação crítica precoce), o livro estaria condenado a passar por militância teológica com boa consciência. O que produz a diferença específica parece residir na combinatória. Pois é nessa posição, de algum desconforto senão de alguma instabilidade, que o livro vai ganhando seu valor e tangenciando seus limites. A começar pelo mais saliente

¹ Texto redigido para servir de base à minha participação no debate de lançamento de *Eis aí, o povo brasileiro* (SP: Galáxia, 2026), de André Castro, realizado em 30 de maio de 2026, em mesa com João Marcos Duarte e Paulo Eduardo Arantes. Preservei algumas marcas da situação oral que lhe deu origem.

² Professor de filosofia na Unifesp.

deles: a apropriação vocabular, bastante aderente à letra dos achados lexicais oriundos da tradição crítica brasileira, quando não ao espírito mais remoto de uma parte do país, frequentadora assídua da bíblia traduzida, revisada e corrigida, a de João Ferreira de Almeida. Em termos convencionais, a tese que orienta o livro de André pode ser enunciada de dois modos, um descritivo e outro normativo. O descritivo: a imaginação religiosa evangélica é hoje a cifra privilegiada da experiência popular brasileira — ela organiza a “totalidade” da existência de dezenas de milhões de pessoas com uma eficácia que a cultura letrada de esquerda nunca alcançou e provavelmente nunca alcançará. O modo normativo: o assunto merece ser lido, cifrado e decifrado com o mesmo gosto pelo rigor e precisão com que a tradição crítica leu a literatura — ler o fenômeno, não por dentro da fé, mas por dentro do desejo dos brasileiros por uma Mudança de tamanha envergadura, que a imaginação religiosa com matriz cultural evangélica estaria armada até os dentes para organizar. A passagem do modo descritivo ao normativo é o movimento que o livro propõe, ao mesmo tempo que não se autoriza a indicar, “na prática”, quais passos dar adiante — ou antes, desconversa na hora de apontar quais caminhos seguir, como se vê no capítulo-entrevista, “Negociando com o Apocalipse”. E à negociação acrescenta-se um fantasma, entidade verossímil cujo espectro comparece na ronda deste livro e dos próximos que decerto virão: o fantasma da mexicanização do Brasil.

O meu comentário, porém, não se quer um exame das idas e vindas do descritivo ao normativo, de suas dificuldades etc. e tal. O que quero propor é um segundo eixo temático, cuja antevisão, suponho, o livro de André proporciona: pensar passagens da “cara feia” para o novo tempo feio do mundo.

II

Olhando para a plateia, dou com André Barbosa — xará do autor e meu parceiro num projeto de releitura tópica de dois Hobbes: no Hobbes I, o autor do *Leviatã* e do *Behemoth*; no Hobbes II, o tipo de vínculo entre aquelas obras e o novo *Leviatã* de Franz Neumann. E o que agora me ocorre dizer é que, no primeiro Hobbes, a guerra de todos contra todos é um estado de coisas de tal ordem a ser pensado como *tempo*: mais precisamente, *a tract of time*, um “lapso de tempo”: cap. 13, parte I, parágrafo oitavo³. Literal e conceitualmente, *tempo feio*: tempo de chuva, tempo de garoa ou de tempestade, *a tract of time* no qual você — Castro, Barbosa ou

³ “A guerra não consiste apenas na batalha ou no ato de lutar, mas num lapso de tempo, no qual a vontade para a contenda em batalha é suficientemente conhecida”. *The Will to contend by Battell*, na tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Niza da Silva: “a vontade para travar batalha”.

quem agora lê –, marinheiro ou capitão, numa embarcação que ostenta 30 ou 60 canhões, da Companhia das Índias, britânica ou holandesa, entra em regime de fala interrogativa e se pergunta simplesmente: chove ou não chove? Se chove, quando é que chove afinal? Tempo feio: será garoa, chuva leve ou temporal?

Do eixo da guerra ao tempo feio. Minha proposta se traduz, assim, num deslocamento do eixo da guerra e de toda a gesticulação — faca nos dentes, sangue nos olhos — para essa conversa aparentemente amena, essa *small talk* na qual *a tract of time* se reúne a um “tempo feio” — devidamente escoltado por aspas e por um ponto de interrogação — que remonta à violência alongada desde os primeiros séculos da assim chamada “acumulação primitiva” e se distende até a sensibilidade amena da violência num concerto de música popular brasileira. É com esta última que tem cabimento perguntar: tempo feio, então, para os povos brasileiros?

Desmantelar a força bruta? Acompanhando a tese de Vinícius Gualdo⁴, segundo a qual a canção popular vinha documentando um progressivo esvaziamento do sonho, o samba, no livro de André, passa de manifestação comunitária real (“Tem mais samba”, 1966) a refúgio metafísico de esperanças nacionais (“De volta ao samba”, 1993) e, enfim, à proposta hesitante de frente única no “tempo feio” (2022). Ainda se faz proposta — *que tal um samba?* –, mas já não se consegue dar fé à convocação. Assim, a se levar em conta a dimensão estético-política da feiura, o “feio” do tempo virá circunscrito, na canção⁵, em substantivos tais como estrago, mutreta, cascata, derrota, demência.

Um samba

Que tal um samba?

Puxar um samba que tal?

Para espantar o tempo feio

Para remediar o estrago

Que tal um trago?

Um desafogo, um devaneio

⁴ Vinícius José Fechio Gualdo. *Comunidade desenformada: o estranhamento do mundo em Chico Buarque*. SP: tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2025.

⁵ Chico Buarque, “Que tal um samba?” (Biscoito Fino, 2022).

III

Derrotas assimétricas

André situa seu projeto numa espécie de intersecção entre a tradição crítica — de Antonio Candido a Roberto Schwarz, passando, indo e vindo por Paulo Eduardo Arantes — e a tradição militante da Teologia da Libertação relida desde a dissertação de mestrado, mais como um método de intervenção crítica, menos como doutrina deduzida. Sucede que as duas tradições têm, ao que parece, histórias de derrota muito diferentes: a tradição crítica sobreviveu como forma de análise, mesmo quando o projeto de formação nacional fracassou; a Teologia da Libertação foi derrotada no próprio terreno da imaginação popular, substituída pela apocalíptica evangélica que o livro introduz em pauta. Seria possível perguntar: por que esse ângulo de visão não evitou que a massa — que os teólogos queriam libertar e aprenderam a vislumbrar — se tornasse o principal contingente recrutado pelo adversário? Pergunta que, se respondida nesses termos, poderia desfocar as ideias de “método”, “intervenção” e “crítica”. O que explicaria essa diferença de destino? E resta saber o que ela implicaria para a credibilidade — ou melhor, se se trata mesmo de dar fé, sem mais nem menos, ao tipo de intervenção não apologética que o livro sugere, insinua ou propõe. Como o livro de André opera com outro diapasão que não é o da distribuição pura e simples de culpabilidades, tentemos igualmente mudar a clave da fé inespecífica a fim de nos aproximarmos do outro lado: se for verdade que o passado da tradição crítica brasileira não passa, não será porque, nessa experiência intelectual, é a *Crítica que sobrevive, afinal, à Formação?*

Testemunhas de um caso arquivado. O debate de abertura convoca Roberto Schwarz e Alfredo Bosi para um processo que nenhum dos dois havia imaginado: Schwarz, como o crítico que atinou com o movimento e, ao que parece, não soube o que fazer com o próprio acerto; Bosi, como o crítico que intuiu a resistência popular e não enxergou que o povo resistia por estradas largas, que o conceito de resistência não alcança. André Castro os convoca como testemunhas de um caso que não puderam instruir até o fim — o que é uma forma educada de dizer que o caso não estava nos autos que eles conheciam, e que os autos faltantes já foram arquivados em outra instância, com outro nome e outra teologia. Ambos comparecem, assim, deslocados como testemunhas num processo de crítica à razão teológica — o processo que, entre outros tempos do fim, o tempo feio veio instaurar. Ver “de dentro da imaginação religiosa” sem defender os dogmas é a promessa de uma acrobacia considerável, que na maior parte do tempo o livro tenta sustentar com elegância.

Matéria evangélica brasileira: a antecâmara e a pergunta. A crítica literária imanente levou décadas para saber o que estava fazendo enquanto o fazia; é razoável supor que a crítica teológica imanente requeira o mesmo tempo — o que significa que o livro é, no máximo, a primeira tentativa séria de apontar o erro de seus predecessores. Que o livro se abra com uma interrogação — “Ainda se trata de matéria brasileira?” — e não com uma afirmativa é o índice exato do lugar de enunciação: um lugar que poderia ser nomeado, mais tarde, como antecâmara de uma teologia mundial, *Welttheologie* em estado de esboço: oposta às antiquadas “ciências sociais da religião”, ao passo que as velhas *Weltphilosophie* e *Weltliteratur* sequer comparecem já como adversárias. Em tempo feio, a tradição crítica descobriu que a pergunta, ou seja: o cultivo de estilos de interrogação, é o máximo que lhe resta; mas a pergunta, nesta antecâmara do sentimento evangélico do mundo, ressoa diferente: não é mais “que horas são?” A pergunta se torna: “que fé é essa que organiza este tempo?” João Marcos Duarte ou Jayder Roger, um dos irmãos na fé, respondeu: fé na matéria evangélica brasileira.

Consequências brasileiras. O sonho formativo era elitista na origem e pseudo-popular na auto-imagem; o sonho apocalíptico é popular na origem e autoritário no destino — o que sugere que o problema não estava no sonho, mas se formulava na periferia do capitalismo tardio, onde essa auto-imagem se espelhava; o livro reconhece isso sem tirar todas as consequências que exigiria a intervenção crítica e metódica e militante. O que significa, em certo sentido, abertura para outros livros de André.

A consequência mais visível é de ordem “metodológica”. A tradição militante não separava o ato de conhecer do ato de transformar: claro, a opção pelos pobres não era um postulado neutro, era uma posição política que determinava não apenas o que se via, mas o que se fazia com o que se dava a ver. A tradição crítica, ao contrário, cultivou uma espécie de separação entre o momento do conhecimento e o momento de intervenção — separação que tem suas próprias virtudes, entre elas a de não dissolver o pensamento num ativismo que prescinde de pensar. André Castro herda da tradição militante a urgência e o comprometimento com o objeto (sujeito crente); da tradição crítica, herda o distanciamento analítico e a exigência formal (o sujeito-objeto é parte do problema, mas não só).

A consequência menos visível, de longe a mais importante, é de ordem histórica. A tradição militante — em particular, a Teologia da Libertação estudada por André no mestrado — foi derrotada. Não apenas no plano político, com o refluxo das CEBs e a crise do catolicismo progressista nos anos 1980 e 1990; foi derrotada no próprio terreno da imaginação popular: o povo que ela buscava organizar preferiu, em escala crescente, outra imaginação teológica — a apocalíptica evangélica, que não prometia libertação coletiva, mas vitória individual; não

organizava comunidades de resistência, mas congregações de sobrevivência. André Castro tem o sentimento íntimo desse lado do país. A “crítica teológica imanente” que ele preconiza assume a forma intelectual de uma derrota que parece ter chegado ao estado de formulação, não ainda, contudo, de elaboração.

Sobre um sentimento transitivo

O identitarismo nos limites da razão teológica. A tese de Douglas Barros — que o identitarismo progressista-laico e o identitarismo reacionário-sagrado são as duas faces da mesma moeda de gestão do capitalismo tardio — ganha, no capítulo de André, uma torção que Douglas não fez: se os dois são espelhos do mesmo impasse, a “gramática evangélica” que transborda fronteiras denominacionais e organiza a imaginação religiosa de católicos e protestantes é precisamente o que a análise identitária não consegue capturar — porque, para capturá-la, precisaria de uma crítica teológica imanente que já opera na antecâmara de uma *Welttheologie*: não uma ciência social da religião, mas uma teologia do que a fé faz ao mundo quando o mundo chegou ao fim do que prometia.

Esperança escondida nos textos. A entrevista é o instantâneo do livro em que o método de intervenção crítica ousa responder pelo nome. André Castro explicou com discrição notável que não tem cargo, que publicou por necessidade de currículo, e que mantém “uma esperança, mesmo que amorfa e despossuída” escondida nos textos. A esperança escondida não é o artigo renovável: artigo renovável é a fé a que o livro concede um crédito de sentido; a esperança escondida é o que o crítico retém para si a fim de não virar mais um item na *Welttheologie* que está ajudando a construir. Em tempo feio, quem esconde a esperança nos textos sabe ao menos onde procurá-la, ao contrário de quem a proclama na fachada e a perde nos fundamentos de seu arsenal.

Sobre a forma do louvor, fios do sadismo e “nó objetivo”

“Esboços de crítica” é menos uma designação provisória do que uma tese sobre o estágio histórico em que a crítica se encontra: não é apenas que se esboça o que ainda não se sabe fazer; esboça-se o que ainda não tem forma acabada porque tampouco a tem o próprio objeto. E o objeto, visto da antecâmara de uma *Welttheologie*, não é o evangelicalismo enquanto denominação, nem a extrema direita enquanto movimento. É uma questão de *fé*. Em outra dicção: artigo renovável no mercado de ideias mais ou menos intangíveis, oferta de consolação periférica disponível para entrega imediata a sujeitos monetários sem dinheiro.

Andamento digressivo progressivo. É nessa segunda parte do livro que a intervenção de André encontra seu objeto em compasso demonstrativo: as análises do mundo concertado na música gospel, nos testemunhos e nas pregações. No brevíssimo ensaio “Dança dos parâmetros”, sobre *Esau e Jacó*, Roberto Schwarz⁶ chamou de “sadismo alegre” o gozo ou o usufruto estruturante do narrador machadiano, que mantém o sofrimento alheio suspenso em andamento digressivo, por obra e graça de uma desenvoltura formal aprumada; por seu turno, Antônio Candido⁷ preferia falar em “sadismos de desforra” para a crueldade expressiva do personagem que, situado na posição do narrador que tem a pachorra de humilhar ou na do destituído que nada tem a perder, diz, finalmente, a verdade. Com os dois fios dessa meada sadista — o da desforra e o da alegria, de resto não excludentes —, o “nó objetivo” começa a se tornar visível. Se, à primeira vista, o que matéria evangélica brasileira produz não parece encaixar-se em nenhuma das duas categorias, pergunta-se: na cantiga machadiana, ao se pressupor um destituído que se vingará, não se requer desde o início um sujeito em condições de se transportar ao usufruto da forma canção? Como se, já no transe da musicalidade gospel, a tradição crítica brasileira estivesse a ponto de enxergar um fenômeno como o “reteté”, sem as lentes vencidas da estereotipia esclarecida.

Nos subsolos da capital. O livro dá testemunho de uma cena acontecida nos subterrâneos da capital paulista. Mais precisamente: em vagão de metrô, entre uma e outra estação da zona leste paulistana, canta um intérprete ambulante e a testemunha constata que Chico Buarque não rende trocado; o que rende é, na real, “Oceans”. A demonstração é irrefutável como registro e insuficiente como explicação: irrefutável porque a comunidade imaginada mudou; insuficiente porque o mesmo povo que não pagou pelo samba tampouco recebeu o futuro embutido na promessa. O que o metrô mostra não é que o louvor evangélico venceu a MPB: é que a fé, em tempo feio, é o único artigo em circulação a oferecer alívio imediato para sujeitos monetários sem dinheiro, sem exigir que o passageiro da zona leste espere mais uma estação pelo país que não chega. Haveria dois tipos de sujeito monetário sem dinheiro, assim como dois tipos de aposta: um aposta no samba (aposta pascaliana — se o futuro vier, ganho tudo; se não vier, perco apenas a esperança que por sinal já estava vencida); o outro clica “Oceans” num automático débito da fé (mais adiante, espécie de crédito

⁶ Roberto Schwarz, *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Editora 34, 2019.

⁷ Em especial, na resenha de 16 de janeiro de 1947. Cf. Daniel Essenine Takamatsu Arantes, *Caminho crítico: um roteiro de leitura dos artigos de Antonio Candido em Clima, Folha da Manhã e Diário de S. Paulo (1941–1947)*. São Paulo: tese de doutorado na Universidade de São Paulo, 2022; p. 803.

consignado; o alívio será descontado na fonte; sem espera; de parte a parte, sem risco de inadimplência).

Com a permissão de Deus, todos prontos para matar. O louvor não guarda nada: cada “glória” é um recomeço que apaga o anterior: o samba guarda a mágoa, civiliza ou permite que se sublime o revide; o louvor a exorciza, até a próxima rodada ou refrão. A ser assim, a matéria evangélica que exorciza coloca uma dificuldade que não é de postulado crítico, mas de objeto: como analisar criticamente uma forma que desfaz, a cada repetição, as condições da própria análise? O louvor opera numa economia espiritual competitiva: a recompensa divina conta sempre contra um fundo de sofrimento que pertence ao outro; no fundo da concorrência entre pastores mirins e pastores anciãos, esse “cada um por si e um deus contra todos”, o que sobressai é o perseguido monopólio da significação “morte”. Voltando ao foco contido no livro de André: “Todos prontos para matar, é claro que com a permissão de Deus. Buscar os nexos entre a imaginação da fé e o mundo sobre o qual ela aponta esperança, mesmo que seja desconcertante”.⁸ Eis um desafio que a intervenção crítica teológica enfrenta: estaremos bem servidos se nomear o sadismo como “sadismo objetivo” da forma corresponder a desentranhar as consequências que a própria matéria não poderia formular sem negar-se a si mesma.

Dito e feito? A analogia entre a comunidade imaginada dos modernistas e a comunidade imaginada dos crentes é exata e enganosa ao mesmo tempo: exata porque a estrutura do desejo é a mesma; enganosa porque o conteúdo do sonho determina quem ele exclui e quem ele extermina — e nem toda exclusão parece equivalente. “Que tal um samba?” não corresponde a “Que tal um samba para Jesus?”. Vale salientar: se as análises da música gospel, dos testemunhos e das pregações são as mais instigantes do volume, são também as menos conclusivas. Há nelas uma tensão não resolvida entre o que a imaginação evangélica diz e faz e o que esse dito e feito implica política e criticamente, se o povo real não for o que o povo deveria ser: a tradição militante deu a tensão por resolvida mediante a opção preferencial, escolheu o povo e sua imaginação como critério de avaliação; a tradição crítica a resolveu mediante a análise da forma, deixando que a contradição interna ao objeto falasse. O livro de André parece querer as duas soluções ao mesmo tempo, e o resultado é que as análises esboçadas se detêm exatamente onde deveriam começar: assim, sem padecer das inibições de escola, o livro se atreve a oferecer o estado mesmo da questão. O leitor poderá conferir isso num dos exemplos mais reveladores do livro, quando ele apresenta a relação entre evangelicalismo e “extrema direita”, descrevendo como a imaginação apocalíptica foi

⁸ *Eis aí, o povo brasileiro*, ed. cit., p. 38 (p. 19 do manuscrito).

mobilizada e como o “sentimento evangélico do Brasil” já pulsava nas igrejas quando 2016 assume o proscênio. A montagem da identificação não foi o “problema”. Por que não foi? O que terá havido e continua a haver na estrutura interna à imaginação apocalíptica — não apenas em suas “distorções”, mas em “sua lógica própria”, que tornou possível e quase natural essa identificação? E se o sentimento íntimo do evangelicalismo brasileiro continuar estruturalmente disponível para as marchas aceleradas da direita, o que resta do potencial emancipatório que, nela, o livro de André palpita haver?

Não estou sugerindo que a resposta é “nada” — essa seria a posição da tradição crítica *stricto sensu*. Limite-me a dizer que a pergunta não pode ser esquivada precisamente no ponto de crise em que o livro de André dá a ver, ouvir e pensar o que o espírito diz nas igrejas.

Sobre os créditos de sentido e uma cláusula de inadimplência

Na penúltima página do livro, ali onde André aponta as vias tomadas pela imaginação radical de um pastor mirim⁹, anotei na marginalia o seguinte: “Concessão de crédito: André dá crédito de coerência e sentido à fé — talvez aqui esteja o cerne do livro de André”. O crédito pressupõe um emissor, um devedor e uma cláusula de inadimplência. *De que posição se concede esse crédito de sentido?*

Aposta pascaliana ou crédito consignado? A fé tradicional operava na linha pascaliana (ganhava-se tudo ou perdia-se apenas a esperança previamente descontada quando as fichas se empilhavam na fé como força de transformação histórico-social). A intervenção apologética atual funciona como alívio estrutural com débito automático — dízimo, missão e voto, sem risco de inadimplência para o credor, sem possibilidade de resgate antecipado para o devedor. Essa assimetria retém o crédito quando a fé na intervenção crítica aparece como cúmplice de quem produz e reproduz a milícia, e aí está uma pergunta que o livro deixa vislumbrar muito embora não cuide de desenvolver.

A disjuntiva de resto, aposta ou consignado, não precisa ser excludente. Sobretudo quando, na generalização da forma crédito, a relação devedor-credor operar como relação elementar da condição neoliberal,¹⁰ transversal a empregado e desempregado, ativo e inativo, todos devedores diante do Credor universal. A dívida, porque se desdobra no campo da

⁹ Diz André: “Nessa tortuosa via vão se formando os sujeitos que creem, entre a força bruta da vida, que impõe uma racionalidade instrumental do próximo passo, e a imaginação utópica que se produz no interior desse próprio ato, figuração da fé que encontra nele algo de divino” (ed. cit., p. 183; p. 124 do manuscrito).

¹⁰ Cf, sobre o torque moeda/débito e a “tecnologia de governo dos comportamentos”, ver, em especial, Maurizio Lazzarato (*La fabrique de l'homme endetté: essai sur la condition néolibérale*. Paris: Éditions Amsterdam, 2011), a quem, neste parágrafo, acompanhamos até certo ponto, exceção feita para a aproximação com a dialética espanada de Proteu.

produção de subjetividades conflagradas, faz com que ao labor clássico se some uma espécie de auto elaboração do devedor, de sorte que alegações econômicas e postulados morais funcionem juntos. Não será precisamente essa a juntura que aproxima as congregações de sobrevivência da dívida como apropriação antecipada do futuro? Visto que o que há por vir já está fatiado — no tempo estendido e reduzido ao prazo em parcelas —, fica simultaneamente alardeado e neutralizado o tempo como criação de possíveis. A captura agarra o capturado numa reiterada travessia de metamorfoses, ao longo das quais o velho Proteu parece rejuvenescer, sem luta com os ex combatentes e sem necessidade de aval pela assembleia dos deuses, a cada desconto automático.

Necessário e perigoso. Apresentar todo o povo brasileiro sob o gabarito de vestes teológico-apocalípticas, como soldados revestidos de fé e prontos para matar, eis aí um gesto pelo qual o livro de André se torna ao mesmo tempo necessário e perigoso: o povo brasileiro tratado, enfim, como sujeito; o gabarito, contudo, é também o de quem o desenhou. Dar crédito ao artigo “fé” é, confessando ou não, escolher o tecido. Por conseguinte, o livro de André não chega a dizer: *Viva o povo brasileiro!*

Eis aí, o povo brasileiro: um livro necessário. Necessário, então, em vários sentidos. Não porque resolva os múltiplos problemas que coloca — não os resolve; sabe que não os resolve. Mas porque já começa a enunciar esses problemas de uma maneira que, por um lado, a tradição crítica não estava em condições de formular sozinha e que, por outro, a tradição militante não tinha interesse em formular, ambas ocupadas em defender o terreno que estavam perdendo sob os próprios pés. O que significa que o povo brasileiro tenha feito suas escolhas? A pergunta não é: “por que o povo se enganou?” Não: “como a esquerda poderia ter evitado isso?” Mas: *o que diz sobre todos nós, o fato de que o desejo de milhões de pessoas tenha encontrado no evangelicalismo apocalíptico o artigo no qual depositaram sua vivência de destituição, sua esperança de redenção e sua imagem de nação?* Estas perguntas difíceis estão entre as mais valiosas, e, até prova em contrário, mais valiosas do que quaisquer respostas disponíveis. Pois o livro de André começa a pôr em causa as condições de inteligibilidade de um Brasil cuja realidade se interroga sobre a defasagem brutal entre um arsenal de conceitos oriundos da melhor tradição brasileira e a nova imaginação político-religiosa, ali onde a fé apocalíptica disputa supremacia na organização da sobrevivência, do desejo de mudança, alegria e desforra de sujeitos monetários sem dinheiro. A leitura do livro de André persuade o leitor de que é bom tê-las deixado em aberto — desde que se entenda que o aberto aqui não é convite aos alívios racionados do reconforto, mas a um sentido tão novo quanto urgente para os trabalhos da crítica.

Orfanato Brás Cubas, coda de algoritmo e teodiceia invertida¹¹

Que o leitor não se assuste com o nome da casa, *Orfanato Brás Cubas*, nem busque atrás da placa os rigores de uma palmatória ou a monotonia de um seminário. Trata-se, bem-vistas as coisas, de uma instituição singular, que o capricho dos tempos fez nascer do bom encontro — se é que há bons encontros neste mundo — entre a tradição crítica brasileira e a teoria crítica. Desse consórcio tardio nasceram, cresceram e já se multiplicam filhos temporões, netos e bisnetos de uma mesma utopia intelectual, uma utopia dotada daquela curiosa faculdade de ver tudo em tudo, o universo num grão de areia, o destino nacional num folhetim.

Vão todos habitar o pequeno orfanato. Não lhe chamem hotel, que seria comércio; nem hospício, que seria exagero; digamos antes que combina as duas funções com aquela elegância algo sombria que a providência costuma reservar aos paradoxos da nossa formação. Ora, dirá o Conselheiro Aires, que por ali passeia com o seu andar macio, que importa a rigidez das paredes se a mente humana é volúvel? Por esse nosso tempo feio, vai-se dar, afinal, naquele desfecho que Paulo Eduardo Arantes reservou para os descendentes de Brás nas linhas finais do seu *Sentimento da Dialética*.¹² De agora em diante, além dos paradoxos e das paródias involuntárias de uma formação que entre um bocejo e uma crise parece não ter mais havido, o que parece renascer das páginas do livro de André — livro que se lê com o prazer de quem acompanha um jovem e talentoso teólogo — é uma teodiceia de representações móveis, uma teodiceia invertida. Não é já aquela velha e piedosa fórmula que justificava o sofrimento humano pela perfeição do Todo; não, o século exige outra sutileza. É a teodiceia que justifica a incômoda presença dos zeros à esquerda no resultado crítico pela simples justeza de uma dialética em estado suspensivo, que não cai para um lado nem para o outro, equilibrando-se no

¹¹ O texto que segue nasceu de parceria com um prestativo assistente de revisão e edição — artificial, diga-se. Ele obedeceu ao comando para fazer a leitura das páginas anteriores e propor roteiro inicial de um texto que deveria se intitular “Asilo Brás Cubas”. Sugeriu que eu mudasse o título para “Orfanato Aires”, justificando-se, preventivamente: para que o autor não incorra em etarismo. Aceitou o desafio para adotar um tom “machadiano” e elaborar um pastiche deliberado, seguindo o princípio de volubilidade, todavia, de modo atenuado, mais próximo daquele praticado pelo narrador de *Esau e Jacó* do que pelo de *Memórias póstumas*. Como, em nome da brevidade, o “roteiro” gerado passou por alguns cortes e modificações, como a redação padece de imperfeições humanas, apenas humanas, melhor assumir estas últimas e assinar o meu nome como sendo o do próprio autor. Além disso, o assistente não parece ter apreciado quando, por um instante de desfastio, lhe enviei um bilhete dizendo: “Claude, call me by your name”.

¹² “E por aí firma carreira a dialética negativa em questão, na qual se poderá enfim entrever a paródia involuntária de um certo ensaísmo que vê tudo em tudo. Utopia intelectual dos descendentes de Brás Cubas” (Paulo Eduardo Arantes, *Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; p. 107).

ar como o chapéu passado de um cantor intérprete, porta-voz dos subterrâneos do sistema metropolitano de transporte. Estranha teodiceia, pois estando Deus tão próximo e tão difícil de cingir, ausente ou apenas inexistente, todas e todos e todes habitam os infinitos mundos possíveis na mente do Capeta. Habitam, aliás — e com que requinte de ironia! — o pior desses mundos.

Nesse estranho recolhimento os internos, herdeiros sem herança, bolsistas sem bolsa, órfãos da grande história, vivem sem diagnóstico definitivo. O que, convenhamos, não impede a prognose, nem atrapalha os serviços. A instituição funciona com uma regularidade que é de fazer inveja a ministérios de educação e cultura: distribuem-se os leitos com critério, emitem-se laudos com verniz científico e comemoram-se os aniversários da fundação com discursos aparados na varanda. O segredo da paz que ali reina é simples: os zeros à esquerda do resultado crítico acham-se perfeitamente absolvidos pela beleza do encontro. É o dispositivo supremo pelo qual, em outros aposentos, herdeiros da tradição se perdoam com um sorriso discreto por não verem o povo que juram estudar.

Em busca de palavras amenas, dir-se-ia que o livro de André nos convida a entrar nesse mesmo orfanato, mas em dia de visita. Ah, os dias de visita! Tudo parece subitamente vivo, tudo ordenado, programado pela volubilidade atenuada e benévola do próprio Aires. Mas o objeto da visita — o esquivo povo brasileiro — teima em não comparecer ao evento, preferindo o que talvez apenas advenha nas esquinas, nas casas de oração ou nos cultos da periferia.

Contudo, pondera o autor com a sua profissão de fé, se o artigo de fé fizer sentido e se for lícito esperar que esse povo esteja de fato a caminho, ele já não surgirá como aquele antigo personagem de má-fé num cenário profano. Lembra-se o leitor daquele outro personagem que, após imaginar tentações vertiginosas e sacrílegas, confessava a si mesmo, num monólogo tardio, ter mentido na idade de sua segunda denteição. Fingia estar em grande perigo apenas para aumentar a sua própria glória perante o espelho¹³, confiado em que a eficácia retórica do exagero nunca haveria de perder o seu prazo de validade. André pertence a outro proceder; não sendo exatamente macunaímico, sabe “discipular”, arte que exige a rara solidariedade de paciência e ousadia.

¹³ “Mais je me mens ; je feins d’être en péril pour accroître ma gloire: pas un instant les tentations ne furent vertigineuses; je crains bien trop le scandale; si je veux étonner, c’est par mes vertus.” (J.-P. Sartre, *Les mots*. Paris: Gallimard, 1964; p. 25).

O tempo feio que o livro anuncia não é uma estação do ano que se resolva com um guarda-chuva; é o modo de existência, tantas vezes reiterado, de sujeitos para quem o passado teima em não passar e o futuro, para chegar, se faz de rogado. No entrelaçamento de ambos, no seu próprio compasso de espera, eles vão passando recibo para o que estiver disponível em entrega imediata, seja uma cesta básica, seja uma promessa de salvação.

Cada um com o seu tempo. O de Hobbes, que é puro lapso, incerteza de garoa ou temporal, uma continuada e atenta interrogação sobre quando cairá a primeira gota; o de Ernst Bloch, que não sendo o mesmo para todos, faz com que cada alma carregue o seu próprio *Agora* — e que a plataforma do metrô paulistano insiste em não sincronizar; finalmente, o tempo do sujeito monetário sem dinheiro. Este último já não pergunta “que horas são?”, pois adquiriu a suprema sabedoria de que o relógio não lhe pertence; pertence àquilo que gira, indiferente e exato, no pulso de um cadáver.¹⁴ O cristão-novo, em suma, descobre que pode respirar com algum alívio, o alívio possível das criaturas sem pressa, no novo tempo feio do mundo.

¹⁴ A expressão exata está no título do livro de Marildo Menegat, *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto (e outros ensaios)*, e, também, no título do primeiro capítulo do mesmo livro, “Crítica da economia política da barbárie: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto”) Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019. Assinalo que só pude ler o prefácio de Marildo ao livro de André (“Ora, ora pro nobis”), depois de ter redigido o meu comentário.